Art. 9º A realização do concurso de remoção compete à Subprocuradoria-Geral de Justiça para a Área Técnico-Administrativa, assistida pelo Departamento de Recursos Humanos.

§1º O edital será publicado no Diário Oficial do Estado e no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Pará, informando as vagas existentes nas respectivas unidades, bem como do prazo de até 30 (trinta) dias para inscrição dos interessados e condições de participação.

§2º A inscrição no concurso público de remoção far-se-á mediante o preenchimento de formulário próprio, com indicação do município pretendido e declaração de atendimento aos requisitos do artigo 7º desta PORTARIA.

§3º Após o término das inscrições, a Subprocuradoria-Geral de Justiça para a Área Técnico-Administrativa publicará o rol dos inscritos e a data de julgamento do concurso.

§4º O candidato à remoção só poderá desistir do pedido até 48 horas antes da data do julgamento do certame, sob pena de ficar impedido de postular nova remoção pelo prazo de 1 (um) ano.

§5º As informações constantes do formulário de inscrição são de responsabilidade do candidato e eventual falsidade destas acarretará a nulidade do ato de remoção, se já efetivado, sem prejuízo de outras cominações legais, incluindo responsabilização do servidor.

Art. 10 O resultado do julgamento do concurso de remoção será divulgado em até 60 (sessenta) dias contados do término das inscrições, devendo ser publicado no Diário Oficial do Estado e no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Pará.

Art. 11 Após publicação do julgamento será aberto o prazo de 5 (cinco) dias para apresentação de recurso.

§1º Não serão conhecidos os recursos apresentados fora do prazo.

§2º Os recursos serão dirigidos ao Subprocurador-Geral de Justiça para a Área Técnico-Administrativa.

Art. 12 O Procurador-Geral de Justiça fará publicar o resultado do Concurso de Remoção ao fim do certame, podendo estabelecer prazo diverso do fixado no art. 14, a fim de atender à conveniência do MPPA e ao interesse público.

Parágrafo único. O servidor removido poderá, no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da publicação do ato que o removeu, desistir, mediante requerimento formal endereçado ao Subprocurador-Geral de Justiça para a Área Técnico-Administrativa, ficando impedido de se candidatar a nova remoção pelo período de 1 (um) ano, contado da data de protocolo do pedido de desistência.

Art. 13 É permitida a realização de múltiplos concursos de remoção de maneira concomitante.

Art. 14 O servidor removido mediante concurso, após a publicação da PORTARIA de Remoção, terá até 10 (dez) dias de prazo para realizar a transferência de conhecimento, das rotinas administrativas e trabalhos eventualmente pendentes ao seu substituto.

DA REMOÇÃO POR PERMUTA

Art. 15. Permuta é o deslocamento recíproco entre servidores ocupantes de idênticos cargos efetivos, para municípios diversos, respeitando-se a área e a especialidade do cargo, quando houver.

Art. 16. Os servidores poderão, mediante requerimento conjunto, solicitar remoção por permuta, instruindo-o com anuência formal das respectivas chefias imediatas.

§1º O requerimento escrito e fundamentado será dirigido à Subprocuradoria-Geral de Justiça para a Área Técnico-Administrativa e deverá conter a ciência expressa das chefias imediatas envolvidas e informações sobre eventual discordância, para avaliação da conveniência e oportunidade da prática do ato pela Administração, a fim de preservar a eficiência em ambas as unidades administrativas.

§2º É vedada a remoção por permuta:

I - ao servidor que houver sofrido qualquer penalidade disciplinar nos 12 (doze) meses anteriores ao pedido de remoção por permuta;

II - ao servidor que estiver em processo de aposentadoria.

III - tenha sido requerida no prazo de 2 (dois) anos da remoção anterior, salvo retorno simultâneo de ambos os permutantes às lotações de origem.

IV - quando um dos permutantes estiver em vias de alcançar a aposentadoria ou de requerer a exoneração ou vacância do cargo, observado o prazo do parágrafo único deste artigo.

Parágrafo único. A constatação da hipótese prevista no inciso IV, dentro do prazo de seis meses da data da permuta, acarretará a anulação do ato de remoção e o retorno imediato do servidor a sua lotação de origem, salvo caso fortuito ou força maior.

Art. 17. Formalizado o requerimento, o Subprocurador-Geral de Justiça para a Área Técnico-Administrativa decidirá, no prazo de 30 (trinta) dias, sobre a permuta requerida, deferindo ou não o pedido, observando a prevalência do interesse público e o princípio da eficiência.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 18. O reinício do desempenho das atribuições do cargo pelo servidor removido, na nova localidade de lotação, obedecerá aos seguintes prazos:

I - 30 (trinta) dias, na hipótese de remoção de escritório;

II - 15 (quinze) dias na hipótese de remoção a pedido.

Parágrafo único. O servidor removido a pedido poderá solicitar ao Subprocurador-Geral de Justiça para Área Técnico-Administrativa a prorrogação do prazo a que se refere o inciso II, para até 30 (trinta) dias, sendo vedada nova prorrogação.

Art. 19. As despesas decorrentes da mudança de sede, em virtude de remoção a pedido, correrão por conta do servidor.

Art. 20. O deslocamento provisório do servidor da localidade em que esteja lotado poderá ser deferido, excepcionalmente, em razão de enfermidade do próprio servidor ou de seu cônjuge, companheiro ou dependente.

§1º O requerimento será dirigido ao Subprocurador-Geral de Justiça para a Área Técnico-Administrativa e deverá ser instruído com exames, laudos médicos e outros documentos que comprovem a enfermidade, bem como a impossibilidade de realizar o tratamento médico na sede da promotória de justiça ou unidade funcional de lotação.

§2º O deferimento do pedido está condicionado à manifestação favorável do Departamento Médico-Odontológico, fundado em perícia médica oficial do estado, atestando a necessidade do deslocamento para realização de tratamento de saúde em local diverso da lotação do servidor.

I - a manifestação do Departamento Médico Odontológico deverá informar:

a) o período em que o tratamento será necessário;

b) a impossibilidade de realizar o tratamento na localidade de lotação do servidor;

c) o município mais próximo ao domicílio do servidor que possua capacidade para a realização do tratamento médico.

§3º Caso seja necessário estender o período de deslocamento indicado no laudo médico da perícia médica oficial do estado, o interessado deverá apresentar pedido de prorrogação ao Subprocurador-Geral de Justiça para Área Técnico-Administrativa, devidamente instruído com a documentação necessária para apreciação do pedido.

§4º Findo prazo estipulado para o deslocamento provisório, o servidor deverá retornar imediatamente à sua lotação de origem.

§5º O pedido de deslocamento provisório será decidido pelo Subprocurador-Geral de Justiça para Área Técnico-Administrativa, cabendo recurso ao Procurador-Geral de Justiça no prazo de 30 (trinta) dias da ciência do interessado.

Art. 21. O servidor efetivo, deslocado para exercer cargo em comissão ou função gratificada, ao ser exonerado ou dispensado, conforme o caso, deverá retornar a sua lotação de origem a partir da publicação do ato.

Art. 22. Os casos omissos serão decididos pelo Procurador-Geral de Justiça.

Art. 23. Esta PORTARIA entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA,

Belém, 11 de agosto de 2015.

MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES

Procurador-Geral de Justiça

D.O.E. DE 13/8/2015

OBS: Texto consolidado com as alterações feitas pela PORTARIA nº 7.008/2022-MP/PJ, DOE de 13/12/2022.